

**AgInt na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 8.842 - DF
(2012/0232822-8)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
AGRAVANTE : ANDRE BARRETTO PEREIRA
AGRAVANTE : ANTONIO AUGUSTO SIMOES DE SANTANA
AGRAVANTE : ANTONIO DAVILA DE SOUSA NEVES
AGRAVANTE : CLOVIS PEIXOTO PEREIRA
AGRAVANTE : HIRCIO ISMAR SANTANA FERREIRA
AGRAVANTE : JORGE LUIZ RIZERIO MAFRA NEY
AGRAVANTE : JOSE DA SILVA COELHO FILHO
AGRAVANTE : JOSE LUIS DA SILVEIRA
AGRAVANTE : JOSE RAUL DOS SANTOS GUIMARAES
AGRAVANTE : LAUREANO LUIZ XAVIER DOS SANTOS
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS COSTA NASCIMENTO
AGRAVANTE : LUIZ PINTO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MARIA JOSE DA SILVA
AGRAVANTE : PAULO JULIO DA SILVA NETO
AGRAVANTE : PAULO SERGIO BEVILAQUA DE ALBUQUERQUE
AGRAVANTE : RAYMUNDO DOS SANTOS
AGRAVANTE : RUBENILTON ROSA DOS SANTOS
AGRAVANTE : SYLVAN MARTINS DOS REIS
AGRAVANTE : VILSON SANTOS SOUZA
ADVOGADO : MARCELLO LAVENÈRE MACHADO E OUTRO(S) -
DF001120A
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por ANDRE BARRETTO PEREIRA e OUTROS em face da decisão de fls. 1320-1322 que, dentre outras, determinou a aplicação da T R e resguardou a possibilidade de expedição de requisitórios complementares relativos à diferença de correção monetária após o trânsito em julgado do RE 870.947/SE, se for o caso.

Alega que a determinação provocará manifesto prejuízo uma vez que implicará em nova expedição de precatório, o que implicará em nova inscrição no orçamento e em pelo menos mais um ano de espera para recebimento.

Pugna pela reconsideração da decisão agravada para que a atualização da conta e a expedição das requisições de pagamento sejam feitas pelo IPCA-E. Alternativamente, requer que o cálculo seja elaborado pelos dois índices e a requisição expedida pelo valor maior com o bloqueio da diferença entre o montante apurado pelo IPCA-E e pela TR. Justifica que dessa forma o valor já estaria disponível para ser levantado a qualquer momento.

Superior Tribunal de Justiça

Em impugnação, a agravada defendeu a manutenção da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao *site* do Supremo Tribunal Federal, verifiquei que o andamento processual do RE 870.947/SE foi atualizado com certificação do trânsito em julgado e baixa definitiva dos autos.

Dessa forma, julgo **prejudicado** o agravo interno de fls. 1325-1332.

À Coordenadoria de Execução Judicial para cumprimento da decisão de fls. 1320-1322, já preclusa, com atualização dos valores pelo IPCA-E.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção